



Ata de Reunião

Assunto da Reunião:	1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) – 2018
Data da Reunião:	9/4/2018, às 9h30
Local da Reunião:	Auditório da Escola Judicial – TRT7

CONVIDADOS		
Nome	Entidade/Unidade	Função
Comitê Regional de Planejamento Estratégico Institucional		
Maria José Girão	Desembargadora do Trabalho Presidente	Presidente da Comissão Regimental de Planejamento Estratégico e do Comitê Regional do PEI 2015-2020
Plauto Carneiro Porto	Desembargador do Trabalho	Membro do Comitê Regional do PEI 2015-2020
Durval César de Vasconcelos Maia	Desembargador do Trabalho	Membro do Comitê Regional do PEI 2015-2020
Paulo Régis Machado Botelho	Juiz-Auxiliar da Presidência	Membro do Comitê Regional do PEI 2015-2020
Comitê de Gestores		
José Antonio Parente da Silva	Desembargador do Trabalho, Gestor de Metas do CNJ	Suplente da Comissão Regimental de Planejamento Estratégico e Coordenador do Comitê de Gestores
Luisa Elisabeth Timbó Corrêa Furtado	Secretaria-Geral da Presidência (SGP)	Subcoordenadora do Comitê de Gestores
Maria Eveline Fernandes Barreto	Diretoria-Geral (DG)	Membro do Comitê de Gestores
Daniel de Vasconcelos Páscoa	Gabinete do Desembargador do Trabalho José Antônio Parente da Silva	Membro do Comitê de Gestores – representante dos gabinetes de Desembargadores
Ana Paula Borges de Araújo Zaupa	Secretaria de Gestão Estratégica (SGE)	Membro do Comitê de Gestores
Joarez Dallago	Secretaria de Tecnologia da Informação (STI)	Membro do Comitê de Gestores
Rozângela Maria Almeida Eloi	Secretaria de Gestão de Pessoas (SGPes)	Membro do Comitê de Gestores
Célio Ricardo Lima Maia	Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOF)	Membro do Comitê de Gestores
Ricardo Domingues da Silva	Secretaria de Controle Interno (SCI)	Membro do Comitê de Gestores

1ª RAE-2018

Realizada em 9/4/2018

CONVIDADOS		
Nome	Entidade/Unidade	Função
Alexei Rabelo Lima Verde	Secretaria da Corregedoria Regional (SCR)	Membro do Comitê de Gestores
Francisco Patrício Pinheiro	Secretaria Judiciária (SJ)	Membro do Comitê de Gestores
Ednevaldo Medeiros Pereira	Secretaria do Tribunal Pleno (STP)	Membro do Comitê de Gestores
Francisco Odenes Uchoa Pinto	Divisão de Comunicação Social (DCS)	Membro do Comitê de Gestores
Flávia Regina Cardoso Mendes Bezerra	Diretoria Executiva da Escola Judicial (DExec/EJUD)	Membro do Comitê de Gestores
POLOS REGIONAIS		
Polo Regional de Fortaleza		
Flávia Andréa Q. Façanha Ferreira	1ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do Polo Regional de Fortaleza e seu representante no Comitê de Gestores
Alexandre Pinheiro Coe	2ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Joélia de Sousa Alexandre	3ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Maria Luíza Pinheiro Moreira	4ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Francialdo Rebouças Gondim	5ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Carmecilda Maria Moura de Andrade	6ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Luciano Dídimo Camurça Vieira	7ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Antonio Thirso R. G. Medeiros	8ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Fernando José de Alencar Araripe Furtado	9ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Suelen de Fátima Morais Baptista de Sabóia	10ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Jamille Ipiranga de Lima	11ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Ana Cláudia A. Moura	12ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Geovanna Barros Leal da Silveira	13ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Francisca Jeane de Andrade Rocha Vieira	14ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Nelson Escóssia Barbosa Neto	15ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Francisco Otávio Costa	16ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Fábio César Barroso Rios	17ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Sylvianne Fontenelle Santos de Oliveira	18ª VT de Fortaleza (CE)	Membro do PR Fortaleza
Ana Eliza Florentino Holanda	1ª VT de Caucaia (CE)	Membro do PR Fortaleza

CONVIDADOS		
Nome	Entidade/Unidade	Função
Coutinho		
Kílvia Silva de Sena	2ª VT de Caucaia (CE)	Membro do PR Fortaleza
Elene Zinni Vicentini	1ª VT de Maracanaú (CE)	Membro do PR Fortaleza
Fabrcio Holanda de Oliveira	2ª VT de Maracanaú (CE)	Membro do PR Fortaleza
Roberta Corrêa Martins Carvalho	VT de São Gonçalo do Amarante (CE)	Membro do PR Fortaleza
Mikael Tenório Freire	VT de Pacajus (CE)	Membro do PR Fortaleza
Geraldo Hermes de Oliveira Leitão	VT de Baturité (CE)	Membro do PR Fortaleza
Representante da AMATRA VII	Associação dos Magistrados do Trabalho da Sétima Região-AMATRA VII	Membro do PR Fortaleza
Igor Raphael Melo	SINDISSÉTIMA	Membro do PR Fortaleza
Katianne Wirna Rodrigues Cruz Aragão OAB/CE 14.770	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)	Membro do PR Fortaleza
Polo Regional de Quixadá		
Geyza de Freitas Moura Nantua	VT de Quixadá (CE)	Membro do Polo Regional de Quixadá
Ítalo Pedrosa Vasconcelos	VT de Aracati (CE)	Membro do PR Quixadá
Maria Verônica Lima de Araújo	VT de Limoeiro do Norte (CE)	Membro do PR Quixadá e seu representante no Comitê de Gestores
Representante da AMATRA VII	Associação dos Magistrados do Trabalho da Sétima Região-AMATRA VII	Membro do PR Quixadá
Francisco Edgar Rodrigues Barbosa	Sindicato dos servidores da Sétima Região da Justiça do Trabalho-SINDISSÉTIMA	Membro do PR Quixadá
Reginaldo Silva Barbosa OAB/CE 24.949	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)	Membro do PR Quixadá
Polo Regional do Cariri		
João Emanuel Bezerra Bastos	1ª VT do Cariri (CE)	Membro do Polo Regional do Cariri
Luís Eduardo Freitas Goulart	2ª VT do Cariri (CE)	Membro do PR Cariri
Paulo Rogério da Cunha Moura	3ª VT do Cariri (CE)	Membro do PR Cariri e seu representante no Comitê de Gestores
Mara Tacídia Cavalcante Assunção Bezerra	VT de Iguatu (CE)	Membro do PR Cariri
Representante da AMATRA VII	Associação dos Magistrados do Trabalho da Sétima Região-	Membro do PR Cariri

CONVIDADOS		
Nome	Entidade/Unidade	Função
	AMATRA VII	
Representante do SINDISSÉTIMA	Sindicato dos servidores da Sétima Região da Justiça do Trabalho-SINDISSÉTIMA	Membro do PR Cariri
Wladimir Macedo Cruz Cordeiro, OAB/CE 22.761	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)	Membro do PR Cariri
Polo Regional de Sobral		
Rosanna de Moura Barros	1ª VT de Sobral (CE)	Membro do Polo Regional de Sobral e seu representante no Comitê de Gestores
Mônica de Araújo Fontes	2ª VT de Sobral (CE)	Membro do PR Sobral
Francisco Alves de Mendonça Júnior	VT de Crateús (CE)	Membro do PR Sobral
Abel Teixeira Arimatéia	VT de Tianguá (CE) e Sindicato dos Servidores da Sétima Região da Justiça do Trabalho - SINDISSÉTIMA	Membro do PR Sobral
Representante da AMATRA VII	Associação dos Magistrados do Trabalho da Sétima Região-AMATRA VII	Membro do PR Sobral
Francisco Ranulfo Magalhães Rodrigues Júnior, OAB/CE 21.594	Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-CE)	Membro do PR Sobral

OUTROS PRESENTES	
Nome	Entidade/Unidade
Lúcio Flávio Apoliano Ribeiro	Juiz Titular da VT-Tianguá
Lucivaldo Muniz Feitosa	Juiz Titular da 2ª VT de Sobral
Marcelo Lima Guerra	Juiz Titular da VT-Quixadá
Nyrlane Garcia Rabelo Pinto	Diretoria-Geral
Vera Lúcia de Almeida Miranda	Assessoria Jurídica Administrativa
Patrícia Cabral Machado	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
Fernando Antonio de Freitas Lima	Gab. Desembargador Plauto Porto
José Ribamar da Silva	Divisão de Acórdãos e Recursos Processuais-DARP
Djalma Martins Rosa	Divisão de Cadastramento Processual
Ivaldo de Menezes Moraes	Sector de Distribuição de Feitos do TRT
Moema Martins Mourão de Brito	Secretaria Judiciária
Roberto Carneiro Oliveira	Sector de Recursos de Revista e Agravos de Instrumento-DARP
Francisco Jonathan Rebouças Maia	Divisão de Sistemas de Tecnologia da Informação e

OUTROS PRESENTES	
Nome	Entidade/Unidade
	Comunicação-SETIC
Ricardo Castro Figueiredo	Setor pgto. De Bens e Serv. E Prog. Sociais-DOF
Luiz Carlos Machado	Divisão de Desenvolvimento de Pessoas-SGPe
Sílvia Cássia Saraiva Carneiro	Divisão de Saúde-DG
Reginaldo Garcia Dupim	Seção de Segurança da Informação-SETIC
Cláudia Alves Imbiriba da Rocha	Divisão de Licitações e Contratos-SAOF
Maria Luciene Bezerra da Silva	Setor de Apoio Administrativo-SAOF
Cristiany Denise da Costa Brandão	Seção de Estatística e Pesquisa-SGE
Ana Valéria Santos Cavalcante	Seção de Estatística e Pesquisa-SGE
Roberto Teixeira de Oliveira	Seção de Estatística e Pesquisa-SGE
Ênio Antonio Costa Lopes	Setor de Gestão de Projetos-SGE
Mariana de Brito Lima	Setor Psicossocial-DSaúde
Mairle Maria Lino Galdino	Gab. Desemb. Durval César de Vasconcelos Maia
Maria Sandra Moreira Freire	Gab. Desemb. Fernanda Uchoa Albuquerque
Fátima Maria Pinheiro Galvão	Gab. Desemb. Maria José Girão
Napoleão Pereira de Souza Júnior	Setor de Zeladoria-CADJFAN

Tópicos discutidos e decisões:

TEMA	Deliberações
Considerações iniciais	<p>O Desembargador José Antônio Parente da Silva (Gestor de Metas do CNJ) abriu o encontro saudando e agradecendo a presença de todos, lembrando que antes não existia na Justiça do Trabalho o planejamento estratégico, sendo essa uma excelente ferramenta para que se possa fazer retrospectivas e analisar resultados com o fito de planejar e executar ações obtidas através de dinâmicas, oficinas, etc, em que se leva em consideração as críticas e sugestões, visando a melhores resultados que vão ao encontro dos anseios dos jurisdicionados que depositam suas esperanças ao colocarem seus processos na Justiça do Trabalho. Chamou a atenção para o fato de que diante da reforma trabalhista em vigor, o momento é difícil e precisamos, através do planejamento estratégico, direcionar todos os esforços para manter a qualidade dos processos na justiça do trabalho. Em seguida convidou o Desembargador Corregedor Durval César de Vasconcelos Maia para se manifestar.</p> <p>O Desembargador Corregedor, Durval César de Vasconcelos Maia cumprimentou a todos os presentes e afirmou estar bastante satisfeito em participar desse encontro que considera de muita importância, onde serão analisados os resultados de 2017 e também do primeiro bimestre de 2018. Desejou que as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça sejam alcançadas pelo TRT7 e que haja o engrandecimento e aperfeiçoamento do nosso produto último.</p> <p>Ana Paula, Secretária da Secretaria de Gestão Estratégica agradeceu a presença de todos e falou da sua esperança de fazer algo diferente nesse</p>

TEMA	Deliberações
	<p>encontro, buscando novas formas de ver e tratar os problemas recorrentes. Afirmou que todos juntos podem mais, haja vista que experiências diferentes conseguem encontrar uma diversidade maior de soluções. Deu ciência a todos de que no sitio do tribunal, na página do planejamento estratégico, estão disponibilizados os resultados do planejamento estratégico institucional-PEI e as metas nacionais de 2018, lembrou ainda, que fora encaminhado por mensagem eletrônica o relatório com os resultados de 2017.</p>
<p>Tópico I – Planos e Metas do TRT7</p>	<p>Ana Paula apresentou o quadro de Objetivos Estratégicos a que está sujeito o TRT7. Depois explicou que os “objetivos” tem como meta principal conseguir realizar a visão de futuro que no caso TRT 7 é “<i>Ser reconhecido perante a sociedade como instrumento efetivo de justiça célere e comprometido com a garantia dos direitos decorrentes das relações de trabalho</i>”. Prosseguiu apresentando a “cadeia de valor” do TRT7 e ressaltando que precisamos pensar e nos colocar como integrante de um todo. Em seguida mostrou a evolução dos indicadores através de gráficos, levando em consideração os anos 2015, 2016, 2017 até o primeiro bimestre de 2018.</p> <p>Com relação aos indicadores do plano estratégico institucional, Ana Paula passou a resumir os resultados apresentados, destacando:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O desempenho do indicador Tempo Médio de Duração do Processo no 1º grau - fase de conhecimento - TMDP1c manteve-se superior a 90% (noventa por cento) nos anos de 2015 e 2016, tendo baixado para 83,27% em 2017 como consequência da conversão dos processos físicos em eletrônicos-CLE. - Com relação ao Índice de Processos Julgados-IPJ a meta foi superada em 2017 e no primeiro bimestre de 2018 está com ótimo desempenho, isto é, com 126,37% de cumprimento; - O Índice de Processos Antigos-IPA teve pequena flutuação no primeiro bimestre de 2018; - A meta relacionada ao Índice de Conciliação - Fase de conhecimento - ICONc constitui um desafio, exigindo que tenhamos que conciliar mais a cada ano; -O Índice de Redução de Acervo dos Maiores Litigantes trabalha com um universo que inclui o ano corrente; o Comitê de Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho pretende colocar como referência o ano anterior, provavelmente a partir de 2019. <p>Ana Paula explicou que não foi possível calcular o Índice de alcance das Metas – IAM, devido a impossibilidade de cálculo de alguns indicadores no momento.</p>
<p>Tópico II-Dinâmica</p>	<p>Após a apresentação dos resultados dos indicadores, Ana Paula passou a fazer algumas reflexões, tais como: “Em momentos de crise, quem falará por nós (JT)?” e “quem são os clientes do TRT7?” ao tempo em que afirma que quando estamos imersos nos problemas não conseguimos vê-los da perspectiva dos outros, no caso, dos nossos clientes. Ana Paula explicou que o nosso plano estratégico foca nas necessidades dos clientes: jurisdicionados, juízes, servidores, advogados, membros do Ministério Público, peritos etc, como pessoas, e propôs uma dinâmica: que fossem formados grupos de seis pessoas, de preferência pertencentes a unidades diferentes no tribunal. Após a formação dos grupos, pediu que cada um dos componentes se colocasse no lugar dos clientes do tribunal e identificasse suas “dores”, isto é, as dificuldades de cada um dos clientes citados. Explicando sobre o que seriam “as dores”, Ana Paula exemplificou: uma das dores dos peritos é a demora no</p>

TEMA	Deliberações														
	<p>pagamento dos honorários periciais; uma das dores dos advogados e partes é a baixa efetividade da execução trabalhista. Explicou que há problemas que podem se repetir em perspectivas diferentes e que devem ser listados o máximo de problemas por <i>persona</i>, ou cliente, e após a listagem de todos os problemas devem ser escolhidos apenas três por cliente, levando-se em consideração a concretização da visão do tribunal. Explicou a todos os presentes como seria a metodologia a ser aplicada na dinâmica e quanto tempo seria concedido para cada etapa a ser realizada.</p>														
<p>Tópico II-Dinâmica</p>	<p>Nesse momento, a Desembargadora Presidente adentrou a sala e foi dada palavra a ela.</p> <p>A Desembargadora Maria José Girão pediu desculpas a todos, por estar chegando somente naquele momento e explicou que estava despachando expedientes urgentes com a Secretária Geral da Presidência, Luísa Elisabeth Furtado e com a Diretora-Geral, Maria Eveline Barreto. Agradeceu a presença de todos, em especial dos Desembargadores e Juízes do trabalho.</p> <p>Dada a palavra a Ana Paula, esta explicou sobre a próxima etapa da dinâmica: buscar o maior número de soluções para as dores relacionadas; exemplificou solução para o problema “demora no pagamento dos honorários periciais”, a modelagem dos processos de pagamento de peritos. Feito isso, devem ser escolhidas as cinco soluções mais relevantes de cada problema, tendo em mente que o foco é a consecução da visão do tribunal. Como forma de subsidiar a escolha das soluções, Ana Paula sugeriu que fosse utilizada a matriz impacto x esforço, priorizando as soluções que apresentem um baixo esforço e um alto impacto.</p> <p>Ato contínuo, das soluções elencadas devem ser escolhidas somente duas, as quais deverão ser detalhadas de forma a apresentar as informações “O que”, “Por que” e “Como”. Feito esse detalhamento, deve-se escolher um representante de cada grupo para compartilhar das soluções escolhidas</p> <p>As soluções obtidas por cada grupo encontram-se relacionados na tabela abaixo:</p> <table border="1" data-bbox="491 1352 1406 2027"> <thead> <tr> <th colspan="2" data-bbox="491 1352 1406 1424">SOLUÇÕES APRESENTADAS PELOS GRUPOS</th> </tr> <tr> <th colspan="2" data-bbox="491 1424 1406 1473">GRUPO 1</th> </tr> <tr> <th colspan="2" data-bbox="491 1473 1406 1523">REPRESENTANTE: Paulo Rogério</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td data-bbox="491 1523 932 1608">SOLUÇÃO 1: Implementação de central de informações processuais</td> <td data-bbox="932 1523 1406 1608">SOLUÇÃO 2: Simplificação do pagamento dos peritos.</td> </tr> <tr> <td data-bbox="491 1608 932 1760">O QUÊ? Concentrar as informações processuais a serem prestadas ao público (jurisdicionado).</td> <td data-bbox="932 1608 1406 1760">O QUÊ: Simplificar/ racionalizar os procedimentos para agilizar o pagamento dos honorários periciais</td> </tr> <tr> <td data-bbox="491 1760 932 1912">POR QUÊ? Sobrecarga das varas do trabalho. Liberar os servidores da vara para se concentrarem nas atividades mais relevantes.</td> <td data-bbox="932 1760 1406 1912">POR QUÊ? Falta de interesse dos peritos</td> </tr> <tr> <td data-bbox="491 1912 932 2027">COMO? Concentrar as informações em uma central telefônica única.</td> <td data-bbox="932 1912 1406 2027">COMO? Eliminar procedimentos burocráticos possíveis de supressão.</td> </tr> </tbody> </table>	SOLUÇÕES APRESENTADAS PELOS GRUPOS		GRUPO 1		REPRESENTANTE: Paulo Rogério		SOLUÇÃO 1: Implementação de central de informações processuais	SOLUÇÃO 2: Simplificação do pagamento dos peritos.	O QUÊ? Concentrar as informações processuais a serem prestadas ao público (jurisdicionado).	O QUÊ: Simplificar/ racionalizar os procedimentos para agilizar o pagamento dos honorários periciais	POR QUÊ? Sobrecarga das varas do trabalho. Liberar os servidores da vara para se concentrarem nas atividades mais relevantes.	POR QUÊ? Falta de interesse dos peritos	COMO? Concentrar as informações em uma central telefônica única.	COMO? Eliminar procedimentos burocráticos possíveis de supressão.
SOLUÇÕES APRESENTADAS PELOS GRUPOS															
GRUPO 1															
REPRESENTANTE: Paulo Rogério															
SOLUÇÃO 1: Implementação de central de informações processuais	SOLUÇÃO 2: Simplificação do pagamento dos peritos.														
O QUÊ? Concentrar as informações processuais a serem prestadas ao público (jurisdicionado).	O QUÊ: Simplificar/ racionalizar os procedimentos para agilizar o pagamento dos honorários periciais														
POR QUÊ? Sobrecarga das varas do trabalho. Liberar os servidores da vara para se concentrarem nas atividades mais relevantes.	POR QUÊ? Falta de interesse dos peritos														
COMO? Concentrar as informações em uma central telefônica única.	COMO? Eliminar procedimentos burocráticos possíveis de supressão.														

TEMA	Deliberações	
	GRUPO 2	
	REPRESENTANTE: Roberta Correa	
	SOLUÇÃO 1	SOLUÇÃO 2
	O QUÊ: Editar/ publicar norma que regule a remoção interna com critérios objetivos.	O QUÊ? Melhorar a comunicação entre os setores do tribunal.
	POR QUÊ? Facilitar os processos administrativos de remoção, diminuindo o trabalho e simplificando-o; servidores mais satisfeitos em razão da transparência e objetividade do processo; gestores de unidades administrando a força de trabalho de forma mais pacífica.	POR QUÊ? Tornar mais efetiva as normas; aumentar a ideia de unicidade do TRT, evitando retrabalho e desgaste entre os setores.
	COMO? Criação de comissão para elaboração do ato.	COMO? Antes da criação de normas/ atos/ contratos, os setores impactados devem ser consultados e, após a sua criação, a ampla divulgação do mesmo por DEJT, mas também por e-mail, ciência em PROAD e intranet.
	GRUPO 3	
	REPRESENTANTE: Cristiano Siqueira	
	SOLUÇÃO 1	SOLUÇÃO 2
	O QUÊ? Desmantelo da justiça do trabalho como consequência da falsa imagem por políticas governamentais implementadas com o apoio da mídia.	O QUÊ: Pontos da reforma trabalhista que confrontam diretamente a constituição federal.
	POR QUÊ? Para conscientização da sociedade em geral da importância da justiça do trabalho, pois sua missão é trazer justiça e paz no campo trabalhista	POR QUÊ? Resgatar a missão original da justiça do trabalho
	COMO? A justiça do trabalho deverá planejar e redimensionar o orçamento, redirecionando as rubricas atuais para contemplar a campanha de conscientização.	COMO? Adotar os remédios constitucionais e criar jurisprudência defensiva dos valores trabalhistas, com a atuação das associações com legitimidade constitucional de acionar o pedido Administrativo.
	GRUPO 4	
	REPRESENTANTE: Charles Bruxel	
	SOLUÇÃO 1: Métodos racionais de divisão de trabalho com ênfase na qualidade de vida.	SOLUÇÃO 2: Pesquisar novos meios para agilizar a entrega da prestação jurisdicional.

TEMA	Deliberações	
	O QUÊ? Aliar melhoria dos processos de trabalho (definição de carga de trabalho máxima; racionalização de processos de trabalho, etc) para definir metas com ênfase na qualidade de vida.	O QUÊ?
	POR QUÊ? Recursos humanos diminuído e carga de trabalho aumentada.	POR QUÊ? Buscar a satisfação dos anseios do cidadão
	COMO? Criação de equipe multidisciplinar para realizar estudo e implantação de ações de melhoria para apresentar relatório em determinado prazo.	COMO? Constituição de grupo de trabalho especializado para apresentar estudo/relatório em determinado prazo
	GRUPO 5	
	REPRESENTANTE: Elene Zinni	
	SOLUÇÃO 1	SOLUÇÃO 2
	O QUÊ? Reduzir o tempo para pagamento dos honorários periciais.	O QUÊ? Flexibilização da regulamentação do teletrabalho, adequando-o às necessidades de cada unidade judicial.
	POR QUÊ? Para servir como elemento atrativo aos peritos, reduzindo o tempo médio do processo.	POR QUÊ? Para estimular os servidores a produzir mais e melhor e com utilização de menos recursos da natureza do tribunal
	COMO? PROAD único por perito; Regulamentação com prazo máximo para pagamento e cumprimento desse prazo	COMO? Revisão do Ato 16/2018.
	GRUPO 6	
	REPRESENTANTE: Reginaldo Dupim	
	SOLUÇÃO 1: Treinamento e atualização.	SOLUÇÃO 2: Estimular o uso da tecnologia da informação
	O QUÊ? Promover cursos/treinamentos regulares.	O QUÊ? Automatizar atividades operacionais.
	POR QUÊ? Gerir/ desenvolver competências.	POR QUÊ? Agilidade e celeridade processual e procedimental
	COMO? Instrutoria Interna, congressos, eventos e cursos em geral	COMO? Elaborar/desenvolver sistemas de informação
	GRUPO 7	
	REPRESENTANTE: Deven Moura	
	SOLUÇÃO 1: Acesso ao PJE pelas partes através de usuário e senha	SOLUÇÃO 2: Aproveitar mais o trabalho dos estagiários.

TEMA	Deliberações	
	<p>O QUÊ? Necessidade de certificado digital impossibilita as partes de terem acesso aos autos do PJe. Um acesso por login/senha resolveria a dificuldade de acesso aos autos.</p>	<p>O QUÊ? Necessidade de valorização do trabalho dos estagiários dentro do limite de suas atribuições</p>
	<p>POR QUÊ? As partes demandam sua necessidade de acesso à integralidade dos autos no PJe, tal como ocorria nos processos físicos.</p>	<p>POR QUÊ? Inviabilidade da criação de novos cargos de servidores a curto prazo. Sobrecarga de trabalho</p>
	<p>COMO? Viabilização no sistema PJe (nacional) de uma funcionalidade para acesso da parte (cadastro poderá ser realizado pelo advogado)</p>	<p>COMO? As atividades mais operacionais poderão ser realizadas pelos estagiários. Aquelas de maior complexidade poderão ser acompanhadas pelos servidores.</p>
	GRUPO 8	
	REPRESENTANTE: Sylvianne Fontenelle	
	<p>SOLUÇÃO 1: Definir unidade para credenciar peritos</p>	<p>SOLUÇÃO 2: Central de atendimento ao jurisdicionado.</p>
	<p>O QUÊ? Definir e criar uma unidade administrativa para credenciar peritos</p>	<p>O QUÊ? Criar central composta com servidores e estagiários</p>
	<p>POR QUÊ? Com a criação do setor de perícia traria mais agilidade na prestação de serviço ao jurisdicionado e reduziria o tempo de tramitação processual.</p>	<p>POR QUÊ? Liberar os servidores das varas do trabalho de prestar informações que tomam muito tempo.</p>
	<p>COMO? Criação de setor que recebesse todos os processos em fase de perícia e devolvesse o processo com o laudo pericial.</p>	<p>COMO? Essa atribuição seja da central de atendimento ao cliente que já existe</p>
	GRUPO 9	
	REPRESENTANTE: Jamille Ipiranga	
	<p>SOLUÇÃO 1: Lotação completa</p>	<p>SOLUÇÃO 2: Rol completo de peritos para o TRT (Geral).</p>
	<p>O QUÊ? Cada unidade do TRT (varas e demais setores) possuir o quadro completo de servidores</p>	<p>O QUÊ? Cadastro de peritos de todas as especialidades contendo maiores informações (atribuições, valores de honorários, atualizações).</p>
	<p>POR QUÊ? Para dar efetividade ao cumprimento das nossas atribuições e metas. Melhor distribuição de tarefas diminuindo a sobrecarga de trabalho</p>	<p>POR QUÊ? Para melhorar o andamento dos processos que estão sobrestados, aguardando a realização das perícias.</p>
<p>COMO? Nomeação de servidores novos, adequação (melhor</p>	<p>COMO? Criação de um grupo que crie uma infraestrutura para</p>	

TEMA	Deliberações	
	distribuição dos servidores dentro do TRT). Cumprimento das resoluções relacionadas ao assunto	realização das perícias; Sala exclusiva para perícia; atualização cadastral constante.
	GRUPO 10	
	REPRESENTANTE: Fernando Antônio	
	SOLUÇÃO 1: Estabelecer critérios de celeridade.	SOLUÇÃO 2: Monitorar o nível de satisfação dos clientes.
	O QUÊ? Normatizar critérios para estabelecer de modo claro e objetivo os prazos razoáveis para cada expediente a ser realizado nos processos judiciais e administrativos.	O QUÊ? Medir o nível de satisfação dos jurisdicionados com o atendimento prestado, monitorando de forma sistemática, aspectos como cortesia e clareza de informações.
	POR QUÊ? Atualmente não existem parâmetros objetivos a balizar o monitoramento da realização desses expedientes. Isso acaba por gerar insatisfação entre os clientes internos e externos, por gerar expectativas algumas vezes não razoáveis.	POR QUÊ? Porque muito se fala da importância de atender bem o jurisdicionado, mas não há mensuração do nível da satisfação.
COMO? Por meio da expedição de ato normativo com ampla divulgação	COMO? Por meio de questionários distribuídos após o atendimento prestado pelas varas e na segunda instância	
Considerações finais	<p>Ana Paula agradeceu a participação de todos comunicando sua esperança de que o trabalho iniciado nesse encontro possa ter continuidade através de ações efetivas de melhorias nos processos do tribunal; informou que os resultados obtidos serão compilados e apresentados a todos posteriormente. Concedeu a fala aos presentes.</p> <p>O servidor Fernando Antônio de Freitas Lima parabenizou Ana Paula pela apresentação inovadora, lamentando somente o fato do pouco tempo disponível neste encontro.</p> <p>O Desembargador José Antônio Parente lamentou a pequena participação dos colaboradores da 2ª instância no encontro, ao tempo em que chamou a atenção para o fato de que a Comunicação Social deve ser mais efetiva pra defender a Justiça do Trabalho e que faltam ações que visem a um maior reconhecimento do papel social da justiça trabalhista; elogiou a participação dos presentes e declarou ver nesses encontros uma importante oportunidade de aprendizagem.</p> <p>A Desembargadora Maria José Girão encerrou o encontro destacando a importância das opiniões do grupo, mas chamou a atenção para o fato de que tudo deve ser feito de acordo com o orçamento da justiça do trabalho; comentou que se deve melhorar os procedimentos do tribunal, pois apesar de algumas melhorias já conseguidas ainda há muitas práticas inadequadas. Defendeu que a administração do tribunal deve ser participativa, levando-se em consideração a opinião do servidor. Comentou sobre a prática de algumas varas do trabalho de fornecer informações pelo telefone informando que essa prática não deve ser adotada, tendo em vista o sigilo dos processos e a</p>	

1ª RAE-2018

Realizada em 9/4/2018

TEMA	Deliberações
	<p>periculosidade que essa atitude pode causar, por exemplo, no fornecimento de informações financeiras a pessoas mal intencionadas. Sobre a questão das atribuições dos estagiários, chamou atenção para o fato de que algumas informações processuais são sigilosas e se divulgadas podem expor a justiça do trabalho a situações embaraçosas. Parabenizou o trabalho da Secretária de Gestão Estratégica, Ana Paula, destacando que o planejamento estratégico proporciona uma visão geral do tribunal e colabora com o atingimento dos seus objetivos estratégicos. Aconselhou que cada vara do trabalho elabore o seu próprio planejamento estratégico e aproveitou a oportunidade para convidar a todos para inauguração de duas salas de aula no Fórum Desembargador Arízio de Castro, na próxima sexta às 10hs. Agradeceu a presença de todos, em especial a dos Desembargadores José Antônio Parente da Silva e Durval César de Vasconcelos Maia.</p> <p>Ana Paula agradeceu aos servidores da Secretaria de Gestão Estratégica que tornaram possível a apresentação.</p>
Próxima Reunião	A ser designada oportunamente.

Presenças registradas em lista anexa.

Fortaleza (CE), 9 de abril 2018.

Ana Valéria Santos Cavalcante
Redatora da Ata